

Professores recusam proposta e seguem em greve

Mais de 50 universidades e colégios federais do país decidiram continuar com a paralisação depois de discordar de reajuste oferecido pelo governo, que varia entre 13% e 31% até 2026, mas não seria pago este ano

BRUNO ALFARO E FELIPE GELANI
em @globo.com.br

Os professores de universidades e colégios federais em greve recusaram, na segunda-feira, a proposta de reajuste salarial oferecida pelo governo federal, alegando que a oferta "está muito longe de recompor as perdas salariais sofridas nos últimos anos", como publicou em nota o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Anedes). Segundo representantes do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), responsável pela negociação sob supervisão do Ministério da Educação, essa era a última oferta.

"O Comando Nacional de Greve indica que a proposta apresentada está muito longe de recompor as perdas salariais sofridas nos últimos anos e de estrutura ainda mais a carreira do magistério federal", informa a nota do sindicato.

A proposta previa diferentes níveis de reajuste para a categoria. Os que ganham mais receberiam um aumento de 13,3% até 2026. Os que ganham menos, de 31%, até o fim do governo Lula. No entanto, nenhuma parte desse reajuste viria em 2024, o que desagradou aos

professores.

De acordo com o secretário de Relações de Trabalho do MGI, José Lopez Feijó, os percentuais de aumento passam para 23% e 43%, respectivamente, se for considerado o reajuste de 2023, de 9%, que foi concedido a todos os servidores federais no ano passado.

— Isso significa não só a recomposição de toda a inflação prevista de todo o mandato do presidente Lula, que é de 15%, como uma recuperação importante de perdas de governos passados que sequer recebiam os trabalhadores para qualquer tipo de diálogo.

ADESÃO À GREVE

Representantes do governo se encontraram ontem com os técnicos administrativos da rede para tratar da greve. Segundo a Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior (Fetatec), profissionais de mais de 50 universidades e colégios federais aderiram à paralisação.

No dia 19 de abril, o governo federal apresentou uma proposta idêntica aos dois sindicatos: 9% em janeiro de 2025 e mais 3,5% em maio de 2026. A reivindicação dos técnicos administrativos é de 37% de reajuste em três anos. O impacto dessa medida é de



Impasse com o governo. Manifestação de técnicos administrativos e professores: sem acordo sobre aumento salarial

AleSp: protesto termina em confronto com PM

> Policiais militares entraram em confronto na Assembleia Legislativa de São Paulo (AleSp) com manifestantes contrários ao projeto do governo de Tarcísio de Freitas (República) sobre escolas civis-militares. Sete

estudantes foram detidos e levados para delegacia.

> Vídeos publicados pelos manifestantes mostram soldados do Batalhão de Ações Especiais de Polícia (Baep) golpeando jovens com cascos e no interior da AleSp. O policiamento no local havia sido reforçado para a votação. Segundo a União Brasileira dos Estudantes Secun-

daristas (Ubep), um dos integrantes do grupo teve o braço quebrado.

> Em nota, a AleSp informou que "alguns manifestantes tentaram invadir o plenário e os invasores foram contidos pela PM e representantes da Polícia Civil". Já a Secretaria de Segurança Pública afirmou que a PM atuou para "garantir a segurança dos partici-

pantes do ato e de pessoas no plenário, em votação". A pasta acrescentou que as imagens da ação serão analisadas.

> O projeto, aprovado por 54 votos a 21, prevê que escolas públicas estaduais e municipais dos ensinos fundamental, médio e educação profissional solicitem a conversão para o modelo civil-militar, caso queiram.

R\$ 8 bilhões. Já o dos professores é de 22%, ainda sem impacto divulgado. Nos dois casos, com aumentos já em 2024. Tanto os professores quanto os técnicos administrativos federais recusaram a proposta no último dia 26.

Segundo o coordenador Jurídico e de Relações de Trabalho da Fasubra, Daniel Farias, os técnicos administrativos da rede são a maior categoria do funcionalismo público.

— E temos os menores salários — afirma Farias.

DIFERENTES NÍVEIS

Entre os técnicos administrativos, há cinco níveis salariais: do A (funções como porteiro, auxiliar de serviços gerais) ao E (psicólogos, assistentes sociais, biólogos, administradores etc.). A variação de remuneração base vai de R\$ 1,5 mil a R\$ 4,3 mil. A maior parte da categoria (70%) está concentrada nos níveis D e E (profissionais de nível médio, como técnico administrativo e auxiliar de enfermagem, com salários-base de R\$ 2,3 mil).

No começo do mês, o MGI informou que a reestruturação de carreiras na área de Educação é um compromisso prioritário e a pasta também afirmou que "segue aberto ao diálogo com os servidores da área de educação e de todas as outras áreas".

ÉPOCA NEGÓCIOS

EDIÇÃO DE MAIO 2024



ASSINE ÉPOCA NEGÓCIOS



NAS BANCAS, NO SITE E NO APP GLOBO+